

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 891.673  
RONDÔNIA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DE RONDÔNIA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: JÔNATAS ANTUNES DA SILVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CRISTIANO POLLA SOARES</b>

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGENTE PENITENCIÁRIO. AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 280 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 891.673  
RONDÔNIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S)	: JÔNATAS ANTUNES DA SILVA
ADV.(A/S)	: CRISTIANO POLLA SOARES

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pelo ESTADO DE RONDÔNIA contra decisão de minha relatoria, assim ementada:

***“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DO CARGO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO SEM PREJUÍZO DE VENCIMENTOS. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. AGRAVO DESPROVIDO.”***

Inconformado com a decisão supra, o agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese:

*“Na hipótese dos autos, ao contrário do entendimento edificado pelo eminente Ministro Relator, deve ser afastado o entendimento de que inexiste ofensa direta a CRFB/88. É que para a análise da violação apontada no recurso extraordinário não se faz necessário proceder a interpretação de normas infraconstitucionais, ao contrário do*

**ARE 891673 AGR / RO**

*entendimento construído. Na hipótese, conforme demonstrado nas razões recursais, o que se pretende é que a Corte Suprema verifique a adequação da decisão combatida com os dispositivos constitucionais apontados, sem qualquer necessidade de interpretar legislação local.” (Fl. 230).*

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 891.673  
RONDÔNIA

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que o agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Com efeito, consoante afirmado na decisão agravada, o Tribunal de origem, com apoio na legislação infraconstitucional local pertinente, concluiu que o recorrido faz jus ao afastamento remunerado do cargo para participação no curso de formação da polícia militar.

Destaco passagem ilustrativa do acórdão recorrido:

*“O caso dos autos revela a pretensão de servidor público estadual (agente penitenciário), em estágio probatório, de ver-se afastado sem qualquer restrição, para frequentar o curso de formação para o cargo de Policial Militar, para o qual fora aprovado.*

*Pois bem, embora não haja legislação específica para os agentes penitenciários permitindo o afastamento, ainda que em estágio probatório, para participar de curso de formação, já foi pacificado nesta Corte, por analogia à própria Lei (art. 12 da Lei n. 76/93), que todos os servidores possuem esse direito.*

*Isso porque, a citada norma estabelece:*

*‘Art. 11 - Observada a ordem de classificação, os candidatos, em número equivalente ao de cargos, serão*

**ARE 891673 AGR / RO**

*matriculados no curso de formação específica.*

*[...]*

*Art. 12 - Os candidatos a que se refere o artigo anterior serão admitidos pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, em caráter experimental e transitório, para a formação técnico-profissional.*

*§ 1º - A admissão de que trata este artigo far-se-á com retribuição correspondente a 80% (oitenta por cento) do vencimento e demais vantagens do cargo vago a que se candidatar o concursado, a título de bolsa especial.*

*§ 2º - Sendo servidor público estadual o candidato matriculado ficará afastado do seu cargo até o término do concurso junto à Academia de Polícia Civil, sem prejuízo de sua remuneração, computando o tempo de serviço para todos os efeitos legais.*

*§ 3º - É facultado ao servidor, afastado nos termos do parágrafo anterior, optar pela retribuição prevista no § 1º.'*

*A exemplo da interpretação da norma citada, cito os seguintes julgados do entendimento verberado:*

*[...]*

*Neste norte, evidencia-se a existência do direito líquido e certo alegado.*

*Especificamente quanto a questão do estágio probatório, tão bem esmiuçada pelo Relator, é bem verdade que o art. 18, §5º, da LC 143/2007 c/c art. 116, I e II da LC 68/92, limitam as hipóteses de licença e afastamento do serviço aos servidores em estágio probatório.*

*Nesse mesmo sentido é a previsão do art. 128, §3º, da LC 68/92, que prevê ainda que os servidores em estágio probatório não teriam direito à licença para tratar de interesse particular.*

*Contudo, primeiramente, insta salientar que não se trata de hipótese de interesse particular, mas pelo contrário, de preponderante interesse público, na medida em que o agente penitenciário, profissional já capacitado, permanecerá no serviço público, agora exercendo o cargo de polícia militar.*

*Ademais, a licença para participar de curso de formação está prevista no art. 12 da LC n. 76/93, dispositivo que esta Corte vem*

**ARE 891673 AGR / RO**

*entendendo, reiteradamente, aplicável a todos os servidores estaduais, ainda que em estágio probatório, pois quando o legislador quer restringir um direito, ele o faz expressamente, não cabendo ao interprete da lei presumir essa vedação.” (Fls. 106-107).*

Assim, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional local pertinente (Lei Complementar Estadual nº 76/1993), o que atrai a incidência da Súmula nº 280 desta Corte.

Com efeito, a violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional local torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal, *verbis*: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A propósito, menciono as lições do ilustre professor Roberto Rosas sobre a Súmula nº 280 desta Corte:

*“A interpretação do direito local ou então a violação de direito local para possibilitar o recurso extraordinário é impossível, porque o desideratum do legislador e a orientação do STF são no sentido de instituir o apelo final no âmbito da lei federal, mantendo a sua supremacia. A Súmula 280, seguindo nessa esteira, afirma que por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário. Ressalte-se que, quando as leis estaduais conflitam no tempo, a matéria já está no plano do direito federal, porquanto o Direito Intertemporal é do âmbito da lei federal (RE 51.680, Rel. Min. Luiz Gallotti, DJU 1.8.1963). Quanto às leis municipais adota-se o mesmo ponto concernente às leis estaduais. As Leis de Organização Judiciária são locais, estaduais, portanto não podem ser invocadas para a admissão de recurso extraordinário, sendo comum os casos onde surgem problemas no concernente ao julgamento da causa pelo tribunal a quo, discutindo-se a sistemática nos julgamentos: juízes impedidos, convocação de juízes*

**ARE 891673 AGR / RO**

*etc. (RE 66.149, RTJ 49/356).” (Direito Sumular. São Paulo: Malheiros, 2012, 14ª Edição, p. 138).*

*Ex positis*, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 891.673**

PROCED. : RONDÔNIA

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

AGTE.(S) : ESTADO DE RONDÔNIA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

AGDO.(A/S) : JÔNATAS ANTUNES DA SILVA

ADV.(A/S) : CRISTIANO POLLA SOARES

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma